



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E GERENCIAMENTO DE RISCOS

OBJETO: Análise da viabilidade técnica e econômica para a escolha da melhor solução visando atender à demanda de instalação e manutenção de alambrados e fechamentos em órgãos públicos do Município de Bataguassu-MS.

REQUISITANTES: Secretaria Municipal de Infraestrutura

LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

- Lei nº 14.133/2021: Normas para Licitações e Contratos da Administração Pública.
- Resolução TCE/MS nº 88/2018 e suas alterações;
- Decreto Municipal nº 70/2025: Dispõe sobre o Estudo Técnico Preliminar;
- Decreto Municipal nº 95/2025: Dispõe sobre as práticas de gestão de risco; e
- Demais legislações pertinentes.

I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

A presente contratação decorre da necessidade de assegurar a adequada proteção, delimitação, organização e funcionalidade dos espaços pertencentes ou utilizados pelos órgãos e equipamentos públicos municipais, tais como unidades de saúde, centros educacionais, núcleos esportivos, praças, hortas comunitárias, canil municipal e demais áreas de uso coletivo.

Constatou-se, por meio de vistorias técnicas e demandas formalizadas pelas secretarias competentes, que diversos alambrados, cercamentos, portões e fechamentos existentes encontram-se deteriorados, danificados ou inadequados às condições atuais de uso, apresentando falhas estruturais, perda de resistência mecânica, corrosão e deformações, o que pode acarretar o comprometimento da segurança patrimonial e das pessoas



A inexistência ou precariedade desses sistemas de fechamento tem ocasionado problemas recorrentes, tais como acesso indevido a áreas restritas, riscos à integridade física de usuários e servidores, exposição do patrimônio público a atos de vandalismo e furtos, além de prejuízos à adequada organização e controle dos espaços. Em ambientes como unidades de saúde, centros educacionais e áreas esportivas, tais deficiências impactam diretamente a prestação de serviços públicos essenciais, uma vez que comprometem a segurança, a salubridade, a preservação dos equipamentos e o regular funcionamento das atividades desenvolvidas nesses locais.

Nesse contexto, a contratação de serviços de instalação, substituição, manutenção e adequação de alambrados e fechamentos mostra-se imprescindível para sanar as deficiências identificadas, restabelecer condições mínimas de segurança e funcionalidade e garantir a continuidade e a qualidade dos serviços públicos ofertados à população. A solução pretendida contempla intervenções corretivas e preventivas, incluindo a recuperação de estruturas existentes e a implantação de novos sistemas de cercamento e fechamento, conforme especificações técnicas definidas em memorial descritivo, assegurando maior durabilidade, resistência e adequação às normas técnicas vigentes

Dessa forma, a contratação atende diretamente ao interesse público, ao promover a proteção do patrimônio municipal, a segurança dos usuários e servidores, a organização dos espaços públicos e a melhoria das condições de uso dos equipamentos públicos, contribuindo para a eficiência administrativa e para a adequada prestação dos serviços à coletividade.

II. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO.

A presente contratação está alinhada com o Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021. O plano foi publicado no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme dados abaixo:

I) ID PCA no PNCP: 03576220000156-0-000001/2026



- II) Data de publicação no PNCP: 31/10/2025
- III) Data de republicação no PNCP: 06/02/2026
- IV) Id do item no PCA: 296/2026
- IV) Classe/Grupo: Obras

III. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. O projeto básico e memorial descritivo estabelecem as condições técnicas a serem obedecidas na execução das obras e serviços, fixando os parâmetros a serem atendidos para materiais, serviços e equipamentos, e são parte integrante destes estudos, bem como dos contratos de obras e serviços.

3.2. Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade pela legislação vigente e padrões exigidos nesse instrumento, Termo de Referência e no Projeto Básico.

3.3. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

3.4. A Contratada deve responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

3.5. A Contratada deve manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.6. A Contratada sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município, encarregada de acompanhar a execução dos serviços, prestando esclarecimentos solicitados, atendendo as reclamações formuladas.

3.7. O objeto contratado deverá estar dentro das normas de Legislação vigente de qualidade/técnica, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

3.8. A Contratada deverá:



a) Responsabilizar-se com a execução dos serviços contratados, bem como com as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto. A inadimplência da contratada, com referência a esses encargos, não transfere a contratante a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado;

b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Bataguassu ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo representante do Município;

c) Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

d) Comunicar ao Órgão Gestor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

e) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

f) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

g) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação.

3.9. As penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução do objeto do presente Termo serão de inteira responsabilidade da Contratada, devendo, se for o caso, obter licenças, providenciar pagamento de impostos, taxas e serviços auxiliares.

3.10. Comunicar aos fiscais de contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.



3.11. A Contratada deverá paralisar, por determinação do Órgão Gestor, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

3.12. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

3.13. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.14. O objeto da contratação deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.15. Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos da Lei n. 14.133/2021:

3.15.1. Advertência;

3.15.2. Multa;

3.15.3. Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração e,

3.15.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3.16. Especificação (detalhamento)

3.16.1. O objeto da presente contratação é:

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unid.	Quant.
01	004.004.176	MANUTENÇÃO EM ALAMBRADOS E FECHAMENTOS NOS LOCAIS CAMPO DO ASSENTAMENTO ALDEIA 1, CAMPO JARDIM AMÉRICA, NÚCLEOS ESPORTIVOS JARDIM ACAPULCO, JARDIM SANTA LUZIA E JARDIM SÃO FRANCISCO (SINTÉTICO), PRAÇA HELENA VITIRITI, CEI	Obra	01



		ASSENTAMENTO SANTA CLARA, CEI VOVO DIVA, ESF - ASSENTAMENTO SANTA CLARA, ESF - DR. LÚCIO FERREIRA, ESF - JARDIM ACAPULCO, ESF - RUBENS KIMURA, CANIL MUNICIPAL, HORTA DO SANTO ANTÔNIO E HORTA DO SANTA ROSA CONFORME PLANILHA DE ORÇAMENTO, CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO, BDI, MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXOS AO PROCESSO		
--	--	---	--	--

3.17. Tipo de Serviço

3.17.1. O objeto deste estudo é a implantação e manutenção de alambrados e fechamentos em órgãos públicos. A obra será executada utilizando a metodologia de construção convencional, visando garantir a segurança e a durabilidade das estruturas e instalações. O projeto tem a natureza de obra de engenharia e se enquadra em obras comuns de engenharia, conforme alínea "a" do inciso XXI, do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

3.17.2 Considerando os aspectos do projeto de engenharia para execução da obra, caracteriza-se a obra como Obra Comum de Engenharia, levando em conta que:

- a)** Os serviços a serem realizados possuem um nível reduzido de complexidade técnica;
- b)** Esses serviços são comumente executados pela Administração Pública;
- c)** Os métodos construtivos, equipamentos e materiais empregados são amplamente utilizados no setor de construção de complexos públicos;
- d)** Os critérios de desempenho e qualidade são avaliados com base em especificações técnicas padrão;
- e)** Há uma variedade de empresas qualificadas e capazes de participar do processo licitatório.

3.18. Subcontratação

3.18.1. Não deverá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem subcontratar qualquer parte do objeto.

3.19. Garantia da contratação

3.19.1. Não será exigida garantia de execução contratual, conforme previsto nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto licitado.

3.20. Vistoria



3.20.1. Para garantir que as propostas apresentadas pelos licitantes sejam compatíveis com as reais condições do local de execução dos serviços, é imprescindível a realização de vistoria prévia. A vistoria permitirá que os licitantes compreendam plenamente as especificidades e possíveis desafios inerentes ao projeto, incluindo, mas não se limitando a:

- a)** Acesso ao local e logística de transporte de materiais.
- b)** Infraestrutura existente que pode impactar a execução dos serviços.
- c)** Condições topográficas e ambientais que exigem adaptações específicas.
- d)** Necessidade de coordenação com outras obras ou serviços já em andamento no local.

3.20.2. A exigência da vistoria prévia visa assegurar a apresentação de propostas realistas, minimizar a necessidade de aditivos contratuais e promover a equidade entre os concorrentes, uma vez que todos terão acesso às mesmas informações detalhadas sobre o local da obra.

IV. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHEM DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA.

As estimativas das quantidades necessárias para a presente contratação foram definidas com base nas demandas formalizadas pelas secretarias municipais, nas vistorias técnicas realizadas in loco e nas informações constantes no Documento de Formalização da Demanda (DFD) e no Memorial Descritivo que subsidiam este Estudo Técnico Preliminar. O levantamento contemplou os diversos órgãos e equipamentos públicos que necessitam de serviços de instalação, substituição e manutenção de alambrados e fechamentos, abrangendo, entre outros, campos esportivos, núcleos esportivos, unidades de saúde, centros de educação infantil, praças, hortas comunitárias e o canil municipal

As quantidades estimadas consideram a extensão linear dos cercamentos existentes a serem substituídos ou recuperados, bem como a necessidade de implantação de novos trechos de alambrados, portões metálicos, reforços estruturais,



telas, mourões, concertinas e demais elementos correlatos, conforme as especificações técnicas detalhadas no Memorial Descritivo. As memórias de cálculo foram elaboradas a partir da medição dos perímetros das áreas a serem cercadas ou adequadas, da contagem dos elementos estruturais comprometidos (mourões, reforços, portões e trilhos), e da identificação dos serviços necessários em cada local, observando-se as tipologias e dimensões padronizadas definidas tecnicamente

Ressalta-se que as estimativas foram consolidadas de forma global, reunindo em uma única contratação serviços semelhantes de manutenção e implantação de alambrados e fechamentos nas seguintes unidades: Campo do Assentamento Aldeia 1; Campo Jardim América; Núcleos Esportivos do Jardim Acapulco, Jardim Santa Luzia e Jardim São Francisco (sintético); Praça Helena Vitiriti; CEI Assentamento Santa Clara; CEI Vovó Diva; ESF Assentamento Santa Clara; ESF Dr. Lúcio Ferreira; ESF Jardim Acapulco; ESF Rubens Kimura; Canil Municipal; Horta do Jardim Santo Antônio e Horta do Jardim Santa Rosa.

Essa metodologia permite considerar as interdependências com outras contratações de natureza correlata, especialmente aquelas relacionadas à manutenção predial, obras de pequeno porte e adequações de espaços públicos, evitando fragmentação indevida do objeto e sobreposição de contratos. Tal abordagem possibilita a obtenção de economia de escala, ao ampliar o volume contratado, otimizar a mobilização de equipes, equipamentos e insumos, reduzir custos unitários e melhorar a eficiência na execução dos serviços.

Os documentos que dão suporte às estimativas apresentadas compreendem o Documento de Formalização da Demanda, o Memorial Descritivo, os levantamentos técnicos realizados pela área de engenharia e planejamento do Município e os registros das necessidades encaminhadas pelas unidades demandantes. Esses elementos asseguram a coerência técnica das quantidades estimadas, bem como sua compatibilidade com o planejamento das contratações e com a disponibilidade orçamentária, garantindo que a solução proposta seja adequada, eficiente e alinhada ao interesse público.



V. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR.

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. Após a verificação do objeto demandado e dos requisitos da contratação foi realizado o levantamento de mercado, que identificou as seguintes opções disponíveis para solucionar o problema:

Como alternativas possíveis, foram avaliadas: (i) a execução dos serviços por meio de equipes próprias do Município; (ii) a contratação de serviços de forma pontual e individualizada para cada unidade ou local; e (iii) a contratação integrada de serviços especializados de instalação e manutenção de alambrados e fechamentos, com fornecimento de materiais e mão de obra.

A execução direta por equipes próprias mostrou-se tecnicamente limitada e economicamente desvantajosa, considerando a insuficiência de mão de obra especializada, a necessidade de equipamentos específicos e a sobrecarga das equipes de manutenção, o que poderia comprometer a qualidade dos serviços e a continuidade das atividades rotineiras do Município. A contratação fragmentada e pontual, por sua vez, implicaria aumento de custos administrativos, dificuldade de padronização técnica, maior tempo de resposta às demandas e perda de economia de escala.

Diante desse cenário, a solução tecnicamente e economicamente mais vantajosa consiste na contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de instalação, substituição e manutenção de alambrados e fechamentos, de forma global e padronizada, conforme especificações técnicas previamente definidas. Essa alternativa permite concentrar em um único contrato serviços de mesma natureza, assegurando melhor controle de qualidade, maior durabilidade das estruturas, cumprimento das normas técnicas e responsabilização integral da contratada pela execução.

Sob o aspecto econômico, a contratação integrada possibilita a obtenção de economia de escala, redução de custos unitários, otimização da mobilização de mão de



obra e equipamentos, além de maior eficiência na gestão contratual. Do ponto de vista técnico, garante-se a uniformidade dos materiais empregados, a adequada execução dos serviços e a mitigação de riscos relacionados à segurança patrimonial e ao uso dos espaços públicos. Assim, a solução escolhida revela-se a mais adequada ao interesse público, ao alinhar eficiência, economicidade e qualidade na prestação dos serviços.

Por fim, quanto ao modo de se contratar a prestação dos serviços, foram analisadas as diversas modalidades disponíveis na legislação, sendo mais adequada a realização de processo licitatório na modalidade **concorrência**, tendo em vista que se trata de obra de engenharia com valor estimado superior ao limite de dispensa de licitação.

Nesse sentido, a solução apresentada neste estudo é a realização de licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com formalização de Contrato Administrativo, para a execução dos serviços de manutenção de alambrados e fechamentos, conforme o Termo de Referência, Memorial Descritivo e demais anexos, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

VI. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO.

O valor estimado da contratação é de **R\$ 486.433,70 (quatrocentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e trinta e três reais e setenta centavos)**. A presente estimativa foi auferida com base na Planilha Orçamentária, anexa ao processo.

VII. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO.

A descrição da solução como um todo consiste na contratação de empresa especializada para a execução integrada de serviços de instalação, substituição,



adequação e manutenção de alambrados, cercamentos, portões e demais sistemas de fechamento em órgãos e equipamentos públicos do Município de Bataguassu/MS. A contratação abrangerá o fornecimento de materiais, mão de obra qualificada, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à completa execução dos serviços, de acordo com as especificações técnicas, padrões construtivos e condições estabelecidas no Memorial Descritivo e demais documentos que integram o processo.

A solução contempla intervenções corretivas e preventivas em estruturas existentes, incluindo a retirada de alambrados e cercas deteriorados, a substituição de telas, mourões, reforços estruturais e elementos de fixação, bem como a execução de novos sistemas de fechamento, portões metálicos, cercamentos e complementos necessários à adequada vedação e proteção das áreas públicas. Os serviços deverão ser executados de forma a garantir resistência mecânica, estabilidade estrutural, durabilidade, segurança e adequado acabamento, observando-se as normas técnicas aplicáveis, as boas práticas da engenharia e as condições específicas de cada local de intervenção.

A contratada será responsável pela correta instalação e pelo pleno funcionamento das estruturas executadas, devendo assegurar que todos os serviços atendam às especificações técnicas e apresentem desempenho adequado às condições de uso a que estarão submetidos. Eventuais ajustes, correções ou reparos decorrentes de falhas de execução, defeitos construtivos ou vícios nos materiais empregados deverão ser realizados sem ônus adicional para a Administração, durante o período de garantia estabelecido contratualmente.

No que se refere à manutenção e à assistência técnica, a solução prevê a obrigatoriedade de garantia dos serviços executados e dos materiais fornecidos, pelo prazo mínimo definido no instrumento contratual e em conformidade com a legislação vigente. Durante esse período, a contratada deverá prestar assistência técnica sempre que demandada, realizando, em prazo compatível com a natureza do problema, as correções necessárias para restabelecer a integridade, a segurança e a funcionalidade dos alambrados, cercamentos e portões instalados ou mantidos.

A solução proposta, ao concentrar em uma única contratação a execução e a responsabilidade técnica pelos serviços, assegura maior padronização, controle de



qualidade, redução de riscos operacionais e eficiência na gestão contratual, atendendo de forma adequada às necessidades da Administração e ao interesse público, com foco na proteção do patrimônio municipal e na segurança dos usuários dos espaços públicos.

Justificativa da não participação de consórcio de empresas

Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a vedação à participação de empresas em consórcio deve ser devidamente motivada. No presente caso, o objeto não se caracteriza como de grande vulto, tampouco envolve alta complexidade técnica, o que afasta a necessidade de permitir a formação de consórcios, conforme parâmetros legais.

Adicionalmente, a estrutura administrativa da Prefeitura de Bataguassu é enxuta, não dispondo de recursos adequados para gerenciar contratações com consórcios, o que poderia comprometer a eficiência da gestão contratual. Ressalta-se ainda que a permissão para atuação consorciada poderia reduzir a competitividade do certame, ao favorecer a união de potenciais concorrentes.

Dessa forma, a vedação à participação de consórcios visa preservar a ampla concorrência e a vantajosidade da contratação, sem prejuízos técnicos ou econômicos à Administração.

Qualificação Econômico-Financeira

A exigência de apresentação da certidão negativa de falência (conforme o art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021) e/ou balanço patrimonial é essencial para assegurar que a licitante se encontra em situação financeira saudável, diminuindo o risco de interrupção na execução do contrato devido a questões econômicas adversas, como insolvência ou falência. Essa medida é indispensável para proteger o interesse público, garantindo a continuidade dos serviços ou obras objeto da licitação.

Qualificação Técnico-Operacional

A comprovação de capacidade técnico-operacional, por meio de atestados ou certidões que evidenciem a realização de atividades similares em características, quantidade, prazo e complexidade tecnológica compatíveis com o objeto licitado, é



indispensável para assegurar que a licitante possui experiência e capacidade técnica para executar o serviço licitado.

No caso específico das obras de engenharia, tal requisito fundamenta-se na necessidade de garantir a entrega de um serviço que atenda aos padrões de qualidade e prazos esperados pela Administração Pública.

VIII. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo Art. 47 estabelece que devem ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos com a divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Para a obra de manutenção de alambrados em órgãos públicos, a análise técnica sugere que o parcelamento pode resultar em complexidade adicional e potencial comprometimento da integridade dos serviços a serem executados. A divisão da obra poderia gerar dificuldades na coordenação entre os diferentes contratos, prejudicando a qualidade e a eficiência da execução. Os riscos associados à divisão do projeto superam os benefícios da competição ampliada, considerando a interdependência entre as etapas da restauração e a necessidade de um processo contínuo e bem coordenado.

Considerando o caráter integrado dos serviços a serem prestados, a decisão é pela **NÃO ADOÇÃO DO PARCELAMENTO**. A justificativa baseia-se no potencial risco técnico e operacional que a divisão da obra implicaria, além de aumentar os custos de gestão e supervisão do contrato. Optou-se por manter o projeto como um contrato único para garantir a eficiência na execução e a qualidade do resultado final.

Esta decisão alinha-se aos preceitos do Artigo 40, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, garantindo que a gestão do contrato permaneça eficaz e que os objetivos de qualidade e integridade da obra sejam mantidos. A opção por não parcelar o objeto reflete uma abordagem prudente, que valoriza a entrega de uma infraestrutura urbana duradoura e segura para a população de Bataguassu.



IX. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS

A contratação pretendida visa alcançar resultados concretos de economicidade e de otimização na utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, mediante a execução integrada e padronizada dos serviços de instalação, substituição e manutenção de alambrados e fechamentos em diversos órgãos e equipamentos públicos do Município de Bataguassu/MS. Ao concentrar em um único contrato demandas semelhantes e recorrentes, a Administração busca reduzir custos unitários, evitar contratações fragmentadas e minimizar despesas administrativas associadas à gestão de múltiplos processos.

Sob o aspecto da economicidade, a contratação em escala permite maior competitividade entre os potenciais fornecedores, diluição de custos indiretos, otimização da mobilização de equipes e equipamentos e melhor negociação de preços de materiais, refletindo-se em maior vantajosidade econômica para o Município. Ademais, a padronização dos serviços e dos materiais empregados contribui para a redução de retrabalhos, manutenções corretivas frequentes e substituições prematuras, resultando em menor custo global ao longo do ciclo de vida das estruturas instaladas.

No que se refere ao aproveitamento dos recursos humanos, a solução adotada possibilita que as equipes próprias do Município sejam direcionadas a atividades de planejamento, fiscalização e acompanhamento dos contratos, bem como a outras demandas prioritárias da Administração, evitando a sobrecarga operacional e a execução de serviços especializados para os quais não há disponibilidade ou capacitação técnica suficiente. Dessa forma, promove-se uma alocação mais eficiente da força de trabalho, com ganhos de produtividade e qualidade.

Quanto aos recursos materiais e financeiros, a contratação integrada assegura o uso racional de insumos, a uniformização dos padrões construtivos e a adequada compatibilização das intervenções nos diversos locais atendidos, evitando desperdícios, aquisições redundantes e soluções improvisadas. O planejamento prévio das quantidades e dos serviços a serem executados permite maior previsibilidade



orçamentária, melhor controle dos gastos públicos e alinhamento com as diretrizes de planejamento e responsabilidade fiscal.

Assim, os resultados pretendidos com a contratação traduzem-se na obtenção da melhor relação custo-benefício para a Administração Pública, na melhoria da eficiência da gestão dos recursos disponíveis e no fortalecimento da capacidade do Município de manter, de forma segura e adequada, seus espaços e equipamentos públicos, em consonância com o interesse público e com os princípios que regem a Lei nº 14.133/2021.

X. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, TAIS COMO ADAPTAÇÕES NO AMBIENTE DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE, NECESSIDADE DE OBTENÇÃO DE LICENÇAS, OUTORGAS OU AUTORIZAÇÕES, CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.

Antes da celebração do contrato, a Administração Municipal deverá adotar um conjunto de providências com vistas a garantir a regularidade jurídica, técnica e operacional da contratação, conforme determina a Lei nº 14.133/2021. Tais medidas visam assegurar a adequada execução do objeto, o controle eficiente da aplicação dos recursos públicos e o cumprimento das exigências legais e administrativas pertinentes.

As principais providências incluem:

- a)** Análise jurídica e orçamentária do processo, com verificação da compatibilidade da despesa com o orçamento vigente e da legalidade da minuta contratual.
- b)** Designação formal dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, com publicação de portarias específicas, em conformidade com os artigos 117 a 120 da Lei nº 14.133/2021.
- c)** Atualização dos registros de planejamento e transparência, com publicação das informações no Portal da Transparência do Município e demais sistemas de controle interno e externo, garantindo o acesso público aos dados do procedimento.



Essas providências são essenciais para assegurar que o contrato seja celebrado com segurança jurídica, que a execução ocorra dentro dos parâmetros técnicos e legais previstos, e que a Administração atue de forma preventiva na mitigação de riscos contratuais.

XI. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas ou interdependentes.

XII. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL.

Considerando que trata-se de obra de engenharia e ainda que, a administração municipal não dispõe de um profissional técnico da área ambiental (engenheiro ambiental ou similar) para realizar o levantamento de possíveis impactos ambientais e suas medidas mitigadoras, esta equipe de planejamento deixará de abordar este tópico.

XIII. GERENCIAMENTO DE RISCO

<u>RISCO 1</u>	Planejamento deficiente, causando prejuízo na execução das etapas do objeto.
ETAPA	(<input checked="" type="checkbox"/>) Planejamento () Seleção do fornecedor () Execução do Contrato
Probabilidade	() Muito baixo (<input checked="" type="checkbox"/>) Baixo () Médio () Alto () Muito alto
Impacto	() Muito baixo () Baixo (<input checked="" type="checkbox"/>) Médio () Alto () Muito alto
Medida(s)	Realizar planejamento eficiente e quantificar adequadamente o objeto, conforme a realidade do município. Revisão dos quantitativos.
Responsável	Setor de Engenharia
<u>RISCO 2</u>	Elaboração do Termo de Referência (TR) inadequado.



ETAPA	(<input checked="" type="checkbox"/>) Planejamento () Seleção do fornecedor () Execução do Contrato
Probabilidade	() Muito baixo (<input checked="" type="checkbox"/>) Baixo () Médio () Alto () Muito alto
Impacto	() Muito baixo () Baixo (<input checked="" type="checkbox"/>) Médio () Alto () Muito alto
Medida (s)	Elaborar adequadamente o projeto básico, conforme as características do objeto contratado e solicitar a revisão deste pelo setor competente. Refazer o Termo de Referência.
Responsável	Equipe de Planejamento / Setor de Engenharia
<u>RISCO 3</u>	Propostas com preços inexequíveis
ETAPA	() Planejamento (<input checked="" type="checkbox"/>) Seleção do fornecedor () Execução do Contrato
Probabilidade	() Muito baixo () Baixo (<input checked="" type="checkbox"/>) Médio () Alto () Muito alto
Impacto	() Muito baixo () Baixo (<input checked="" type="checkbox"/>) Médio () Alto () Muito alto
Medida (s)	Exigência de planilhas detalhadas e análise de composição de custos; aplicação da regra do §3º do art. 59 da Lei 14.133/21
Responsável	Pregoeiro.
<u>RISCO 4</u>	Contratação de empresa incapaz de executar o contrato.
ETAPA	() Planejamento (<input checked="" type="checkbox"/>) Seleção do fornecedor () Execução do Contrato
Probabilidade	() Muito baixo (<input checked="" type="checkbox"/>) Baixo () Médio () Alto () Muito alto
Impacto	() Muito baixo () Baixo (<input checked="" type="checkbox"/>) Médio () Alto () Muito alto
Medida (s)	Avaliação da capacidade técnico operacional da empresa a ser contratada. Rescisão contratual e reinício da contratação.



Responsável	Pregoeiro / Setor de Engenharia
<u>RISCO 5</u>	Atraso na execução e descumprimento do cronograma.
ETAPA	() Planejamento () Seleção do fornecedor (X) Execução do Contrato
Probabilidade	() Muito baixo () Baixo () Médio (X) Alto () Muito alto
Impacto	() Muito baixo () Baixo () Médio (X) Alto () Muito alto
Medida (s)	Fiscalizar o contrato e prazo de execução proposto. Aplicação de notificação e penalidades para que a contratada cumpra o cronograma.
Responsável	Fiscal do contrato
<u>RISCO 6</u>	Execução do objeto em desacordo com o contratado
ETAPA	(X) Planejamento () Seleção do fornecedor (X) Execução do Contrato
Probabilidade	() Muito baixo () Baixo (X) Médio () Alto () Muito alto
Impacto	() Muito baixo () Baixo (X) Médio () Alto () Muito alto
Medida (s)	Elaboração do projeto básico e especificações técnicas adequadas, fiscalização do contrato e dos serviços executados.
Responsável	Setor de Engenharia / Fiscal do contrato
<u>RISCO 7</u>	Aumento inesperado no custo de insumos.
ETAPA	(X) Planejamento () Seleção do fornecedor (X) Execução do Contrato
Probabilidade	() Muito baixo () Baixo (X) Médio () Alto () Muito alto
Impacto	() Muito baixo () Baixo (X) Médio () Alto () Muito alto



Medida (s)	Previsão contratual de reequilíbrio econômico-financeiro conforme art. 124 da Lei 14.133/21; análise prévia de viabilidade financeira.
Responsável	Equipe de Planejamento, Fiscal de Contrato.

Mapa de Riscos:

I M P A C T O	P R O B A B I L I D A D E					
		MUITO BAIXO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	MUITO ALTO
	MUITO ALTO	Médio	Alto	Extremo	Extremo	Extremo
	ALTO	Médio	Alto	Alto	Alto	Extremo
	MÉDIO	Médio	Médio	Alto	Alto	Extremo
	BAIXO	Baixo	Baixo	Médio	Alto	Alto
	MUITO BAIXO	Baixo	Baixo	Médio	Médio	Médio

LEGENDA: Vermelho: Risco extremo – Amarelo: Risco alto – Branco: Risco médio e Verde: Risco baixo

XIV. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Após análises e levantamentos, com base no estudo exposto acima, pode-se concluir que o objeto de contratação do presente ETP é viável, além de ser necessário para o atendimento das necessidades de infraestrutura urbana de Bataguassu, estando em conformidade com a Lei Orçamentária Anual – Lei Municipal nº 3.228/2025.

Bataguassu-MS, 09 de fevereiro de 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BATAGUASSU
ORDEM E PROGRESSO | 2025 - 2028

SEPLAN

Secretaria Municipal de
Planejamento e Licitações

Elaboração:

Geovani Tavares Martim

Equipe de Planejamento
Portaria n. 709/2025

Nathália Schulz Cardoso

Equipe de Planejamento
Portaria n. 709/2025

Kelson Luís Ascêncio

Diretor de Planejamento e Projetos
Eng. Civil CREA 5063939764

Aprovado por:

Eliane de Oliveira Souza

Secretária Municipal de Infraestrutura

11-12

BATAGUASSU

1953